

AULA 18

República Velha

A República Velha está subdividida em dois períodos. A **República da Espada**, momento da consolidação das instituições republicanas, e a **República Oligárquica**, onde as instituições republicanas são controladas pelos grandes proprietários de terras.

A República da Espada (1891/1894)

Período inicial da história republicana onde o governo foi exercido por dois militares, devido o temor de uma reação monárquica. Momento de consolidação das instituições republicanas. Os militares presidentes foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

GOVERNO DE DEODORO DA FONSECA.

O governo de Deodoro da Fonseca é dividido em dois momentos, o governo provisório e o governo constitucional.

GOVERNO PROVISÓRIO (1889/1891).

Período que vai da proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a elaboração da primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

Entre as principais medidas do governo provisório estão a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, extinção do Padroado e do beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados, o banimento da Família Real.

Além disto, estabeleceu-se a liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, criação do Registro Civil - para legalizar nascimentos e casamentos - a grande naturalização, ou seja, todo estrangeiro que vivia no Brasil adquiriu nacionalidade brasileira, e foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da primeira constituição republicana do Brasil.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte evidenciaram-se as divergências entre os republicanos. Havia o projeto de uma *república liberal* - defendido pelos cafeicultores paulistas - grande autonomia aos estados (**federalismo**); garantia das liberdades individuais; separação dos três poderes e instauração das eleições. Este projeto visava a descentralização administrativa, tornando o poder público um acessório ao poder privado - marcante ao longo da República Velha.

O outro projeto republicano era inspirado nos ideais da Revolução Francesa, o período da Convenção Nacional e a instalação da Primeira República Francesa. Este ideal era conhecido como *república jacobina*, defendida por intelectuais e pela classe média urbana. Exaltavam a liberdade pública e o direito do povo discutir os destinos da nação. Por fim, inspirada nas idéias de **Augusto Comte**, com bastante aceitação dentro do exército brasileiro, o projeto de uma *república positivista*. O seu ideal era o progresso dentro da ordem, cabendo ao Estado o papel de garantir estes objetivos. Este Estado teria de ser forte e centralizado.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a segunda Constituição brasileira, e a primeira republicana. O projeto de uma república liberal foi vencedor.

Foram características da Constituição de 1891:

- instituição de uma República Federativa, onde os Estados teriam ampla autonomia econômica e administrativa;

- separação dos poderes em *Poder Executivo*, exercido pelo presidente - eleito para um mandato de quatro anos (sem direito à reeleição), e auxiliado pelos ministros; o *Poder Legislativo*, exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara de Deputados(eleitos para um mandato de três anos, sendo seu número proporcional à população de cada Estado) e pelo Senado Federal, com mandato de 9 anos, a cada três anos um terço dele seria renovado; o *Poder Judiciário*, tendo como principal órgão o Supremo Tribunal Federal.

- o voto era descoberto (não secreto), direto e universal aos maiores de 21 anos. Proibido aos soldados, analfabetos, mendigos e religiosos de ordens monásticas.

-ficava estabelecida a liberdade religiosa, bem como os direitos e as garantias individuais.

A Constituição de 1891 foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, sendo adotado o nome de República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Nas "disposições transitórias" da Constituição ficava estabelecido que o primeiro presidente do Brasil não seria eleito pelo voto universal, mas sim pela Assembléia Constituinte.

O ENCILHAMENTO.

Além da elaboração da Constituição de 1891, o governo provisório de Deodoro da Fonseca foi marcado uma política econômica e financeira, conhecida como Encilhamento.

Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, procurou estimular a industrialização e a produção agrícola. Para atingir estes objetivos, Rui Barbosa adota a política emissionista, ou seja, o aumento da emissão do papel-moeda, com a intenção de aumentar a moeda em circulação.

O ministro facilitou o estabelecimento de sociedades anônimas fazendo com que boa parte do dinheiro em circulação não fosse aplicado na produção, mas sim na especulação de títulos e ações de empresas fantasmas.

A especulação financeira provocou uma desordem nas finanças do país, acarretando uma enorme desvalorização da moeda, forte inflação e grande número de falências.

Deve-se ressaltar que a burguesia cafeeira não via com bons olhos esta tentativa de Rui Barbosa em industrializar o Brasil, algo que não estava em seus planos.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1891).

Após a aprovação da Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca- eleito pela Assembléia- permaneceu no poder, em parte devido às pressões dos militares aos cafeicultores. A eleição pela Assembléia revelou os choques entre os republicanos positivistas (que postulavam a idéia de golpe militar para garantir o "continuismo") e os republicanos liberais. O candidato destes era Prudente de Moraes, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Como o voto na Assembléia não era vinculado, Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente de Deodoro da Fonseca.

O novo governo, autoritário e centralizador, entrou em choque com o Congresso Nacional, controlado pelos cafeicultores, e com militares ligados a Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca foi acusado de corrupção e o Congresso votou o projeto da Lei das Responsabilidades, tornado possível o *impeachment* de Deodoro. Este, por sua vez, vetou o projeto, fechou o Congresso Nacional, prendeu líderes da oposição e decretou estado de sítio. A reação a este autoritarismo foi imediata e inesperada, ocorrendo uma cisão no interior do Exército.

Uma greve e trabalhadores, contrários ao golpe, em 22 de novembro no Rio de Janeiro, e a sublevação da Marinha no dia seguinte liderada pelo almirante Custódio de Melo- onde os navios atracados na baía da Guanabara apontaram os canhões para a cidade, exigindo a reabertura do Congresso - forçaram Deodoro da Fonseca a renunciar à Presidência, sendo substituído pelo seu vice-presidente, Floriano Peixoto.

GOVERNO DE FLORIANO PEIXOTO (1891-1894).

Adepto do republicanismo radical, o "florianismo" virou sinônimo de "jacobinismo". Foi um defensor da força para garantir e manter a ordem republicana, recebendo o apelido de "Marechal de Ferro".

Floriano reabriu o Congresso Nacional, suspendeu o estado de sítio e tomou medidas populares, tais como a redução do valor dos aluguéis das moradias populares e suspendeu a cobrança do imposto sobre a carne vendida no varejo. Estas medidas, porém, estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro.

Seu governo também incentivou a indústria, através do estabelecimento de medidas protecionistas - evidenciando o nacionalismo dos republicanos radicais. No entanto, este caráter nacionalista de Floriano Peixoto era mal visto no exterior, o que podia dificultar as exportações de café e os interesses dos cafeicultores.

O início da oposição à Floriano partiu em abril de 1892, quando foi publicado o Manifesto dos Treze Generais, acusando o governo de ilegal e exigindo novas eleições. Pela Constituição de 1891, em seu artigo 42, caso o Presidente não cumprisse a metade do seu mandato, o vice-presidente deveria convocar novas eleições. Floriano não acatou as determinações do artigo, alegando ter sido eleito de forma indireta.

Os oficiais que assinaram o manifesto foram afastados e presos por insubordinação.

Paralelamente, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil, envolvendo grupos oligárquicos pelo controle do poder político.

Federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, contra os **castilhistas (pica-paus)**, chefiados por Júlio de Castilhos, que controlavam a política do Estado de maneira centralizada. Floriano interveio no conflito, denominado **Revolução Federalista** em favor de Júlio de Castilhos. O apoio de Floriano aos castilhistas fez com que a oposição apoiasse os maragatos.

Em setembro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, eclode a Segunda Revolta da Armada, liderada pelo almirante Custódio de Melo. A revolta da Armada fundiu-se com a Revolução Federalista. A repressão aos dois movimentos foi extremamente violenta.

Após três anos de governo, enfrentando com violência as oposições, Floriano Peixoto passa a presidência à Prudente de Moraes, tendo início a República das Oligarquias.

República das Oligarquias (1894/1930)

As oligarquias eram constituídas por grandes proprietários de terra e que exerciam o monopólio do poder local. Este período da história republicana é caracterizado pela defesa dos interesses destes grupos, particularmente da oligarquia cafeeira. Os grupos oligárquicos vão garantir a dominação política no país, através do coronelismo, do voto do cabresto, da política dos governadores e da política de valorização do café.

A política dos governadores

Um acordo entre os governadores dos Estados e o governo central. Os governadores apoiavam o presidente, concordando com sua política. Em troca, o governo federal só reconheceria a vitória de deputados e senadores que representassem estes governadores. Desta forma, o governador controlaria o poder estadual e o presidente da República não teria oposição no Congresso Nacional.

O instrumento utilizado para impedir a posse dos deputados da oposição foi a **Comissão Verificadora de Poderes** : caso um deputado da oposição fosse eleito para o Congresso, uma comissão - constituída por membros da Câmara dos Deputados - acusando fraude eleitoral, não entregava o diploma. O candidato da oposição sofria a chamada "degola". No entanto, para manutenção de seu domínio político, no plano estadual, sob o apoio do governo central, as oligarquias estaduais usavam das fraudes eleitorais.

A política dos governadores foi iniciada na presidência de Campos Sales, e responsável pela implantação da chamada *política do café-com-leite*.

A política do café-com-leite

Revezamento, no executivo federal, entre as oligarquias paulistas e mineiras. O número de deputados federais era proporcional à população dos Estados. Desta forma, os estados mais populosos - São Paulo e Minas Gerais - tinham maior número de representantes no Congresso.

Coronelismo e voto do cabresto

O sistema político da República Velha estava assentado nas fraudes eleitorais, visto que o voto não era secreto. O exercício da fraude eleitoral ficava à cargo dos "coronéis", grandes latifundiários que controlavam o poder político local (os municípios).

Exercendo um **clientelismo político** (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população ("curral eleitoral"), através do **voto de cabresto**.

Assim, o poder oligárquico era exercido no nível municipal pelo coronel, no nível estadual pelo governador e, através da política do café-com-leite, o presidente controlava o nível federal.

A política de valorização do café.

Durante a segunda metade do século XIX, até a década de 30, no século XX, o café foi o principal produto de exportação brasileiro. As divisas provenientes desta exportação, contribuíram para o início do processo de industrialização- a partir de 1870.

Por volta de 1895, a economia cafeeira passou a mostrar sinais de crise. As causas desta crise estavam no excesso de produção mundial. A oferta, sendo maior que a procura, acarreta uma queda nos preços - prejudicando os fazendeiros de café.

Procurando combater a crise, a burguesia cafeeira - que possuía o controle do aparelho estatal - criou mecanismos econômicos de valorização do café.

Em 1906, na cidade de Taubaté, os cafeicultores criaram o **Convênio de Taubaté** - plano de intervenção do estado na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do

produto. Os governadores dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) garantiam a compra de toda a produção cafeeira com o intuito de criar estoques reguladores. O governo provocaria uma falta do produto, favorecendo a alta dos preços, e, em seguida vendia o produto.

Os resultados desta política de valorização do café foram prejudiciais para a economia do país. Para comprar toda a produção de café, os governos estaduais recorriam a empréstimos no exterior, que seriam arcados por toda a população; além disto, caso a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques excedentes deveriam ser queimados, causando prejuízos para o governo - que já havia pago pelo produto!

Outro mecanismo da valorização do café, foi a política cambial de desvalorização do dinheiro brasileiro em relação à moeda estrangeira. Para quem dependia da exportação - no caso a burguesia cafeeira - semelhante política atendia seus interesses: na hora da conversão da moeda estrangeira em moeda brasileira não havia perdas; porém, para quem dependia das importações - no caso a grande maioria dos brasileiros, visto que se importava quase tudo, principalmente gêneros alimentícios e roupas - esta política tornava os produtos estrangeiros muito mais caros.

A política de valorização do café, de forma geral, provoca o que se chamará de "**socialização das perdas**". Os lucros econômicos ficariam com a burguesia cafeeira e as perdas seriam distribuídas entre a população.

A sucessão oligárquica (1894/1930)

PRUDENTE DE MORAIS (1894/1898)

Seu governo foi marcado pela forte oposição dos florianistas. Adotou uma postura de incentivar a expansão industrial, mediante a adoção de taxas alfandegárias que dificultavam a entrada de produtos estrangeiros. Esta política não agradou a oligarquia cafeeira, reclamando incentivos somente para o setor rural.

O principal acontecimento de seu governo foi a eclosão da **Guerra de Canudos**, entre 1896 e 1897, no interior da Bahia. As causas deste movimento são encontradas no latifúndio de caráter monocultor -

voltado para atender os interesses do mercado externo. O predomínio do latifúndio acentua a miséria da população sertaneja e a fome.

O movimento de Canudos possui um cunho religioso (messianismo). **Antônio Conselheiro**, pregando a salvação da alma, fundou o arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris. Canudos possuirá uma população de, aproximadamente, 20 mil habitantes. Dedicavam-se às pequenas plantações e criação de animais para a subsistência.

O arraial de Canudos não agradava à Igreja Católica, que perdia fiéis; nem aos latifundiários, que perdiam mão-de-obra. Sob a acusação do movimento ser monarquista, o governo federal iniciou uma intensa campanha militar.

A Guerra de Canudos é objeto de análise de Euclides da Cunha, em sua obra "Os Sertões".

CAMPOS SALES (1898/1902)

Em seu governo procurou reorientar a política econômica para atender os interesses das oligarquias rurais: café, algodão, borracha, cacau, açúcar e minérios. Adotando o princípio de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, o apóio à expansão industrial foi suspenso.

Já em seu governo, a inflação e a dívida externa eram problemas sérios. Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, deu início ao chamado **saneamento financeiro**: política deflacionista visando a valorização da moeda. Além do corte de crédito à expansão da indústria, o governo deixou de emitir moeda e criou novos impostos, aumentando os que já existiam. Procurou-se uma redução dos gastos públicos e foi adotado uma política de arrocho salarial.

Outra medida para o equilíbrio econômico foi o *funding-loan*, acordo de negociação da dívida externa: o Brasil teria um novo empréstimo; suspensão, por 13 anos do pagamento das dívidas e de 63 para liquidar as dívidas.

Para conseguir apóio do Congresso na adoção do saneamento financeiro, Campos Sales colocou em funcionamento a política dos governadores.

RODRIGUES ALVES (1902/1906)

Período conhecido como "*qüadriênio progressista*", marcado pela modernização dos portos, ampliação da rede ferroviária e pela

urbanização da cidade do Rio de Janeiro - preocupação de seu prefeito, Pereira Passos.

Houve também a chamada **Campanha de Saneamento**, dirigida por Osvaldo Cruz, buscando eliminar a febre amarela e a varíola. Para combater a varíola, foi imposta a vacinação obrigatória, provocando um descontentamento popular. Os opositores ao governo aproveitaram-se da situação, eclodindo a **Revolta da Vacina**.

No quadriênio de Rodrigues Alves foi aprovada as decisões do Convênio de Taubaté, visando a valorização do café.

Destaque para o surto da borracha que ocorreu em seu governo. A extração e exportação da borracha atendia os interesses da indústria de pneumáticos e de automóveis. No entanto, a extração da borracha não se mostrou como alternativa ao café. Sua exploração apresentou um caráter de surto, de aproximadamente 50 anos.

A economia da borracha provocou uma questão externa, envolvendo Brasil e Bolívia, a chamada Questão do Acre. A solução veio com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em que o Brasil anexou o Acre, pagando uma indenização de 2 milhões de libras para a Bolívia.

AFONSO PENA (1906/1909)

Implantação do plano para a valorização do café, onde o governo compraria toda a produção de café e armazenando-a, para depois vendê-la. Faleceu em 1909, tendo seu mandato presidencial terminado por Nilo Peçanha, seu vice-presidente.

NILO PEÇANHA (1909/1910)

Criação do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Seu curto governo foi marcado pela sucessão presidencial. De um lado, representando a máquina oligárquica, estava o candidato Hermes da Fonseca, de outro, como candidato da oposição, estava Rui Barbosa.

O lema da campanha de Rui Barbosa era **Campanha Civilista**, visto que Hermes da Fonseca era marechal do exército. Rui Barbosa defendia a reforma eleitoral com o voto secreto, a revisão constitucional e a elaboração do Código Civil. Apesar de grande votação, Rui Barbosa não venceu as eleições.

HERMES DA FONSECA (1910/1914)

Imposição da chamada **Política das Salvações**: intervenção federal para derrubar oligarquias oposicionistas, substituindo-as por outras que apoiassem a administração.

Esta política de intervenção provocou a chamada **Revolta de Juazeiro**, ocorrida no Ceará, e liderada pelo padre Cícero.

Ainda em seu governo, na cidade do Rio de Janeiro, eclodiu a **Revolta da Chibata**, liderada pelo marinheiro João Candido, contra os castigos corporais e excesso de trabalho na Marinha. A rebelião militar foi duramente reprimida.

O seu governo foi marcado por uma acentuação da crise econômica - queda nas exportações do café e da borracha - levando o governo a realizar um segundo *funding loan*.

VENCESLAU BRÁS (1914/1918)

Em seu governo ocorre, no sul do país, um movimento social muito semelhante à Guerra de Canudos. O conflito, denominado **Guerra do Contestado**, apresentava como causas a miséria e a fome da população sertaneja, nas fronteiras de Santa Catarina e Paraná. O movimento teve um caráter messiânico, pois liderado pelo "monge" João Maria. A exemplo de Canudos, o movimento foi duramente reprimido pelo governo.

O principal evento, que marcou o quadriênio de Venceslau Brás, foi a Primeira Guerra Mundial (1914/18). A duração da guerra provocou, no Brasil, um **surto industrial**. Este processo está ligado à **política de substituição de importações**: já que não se conseguia importar nada, em virtude da guerra, o Brasil passou a produzir. Este impulso à industrialização fez nascer uma burguesia industrial e o operariado.

A classe operária, por sua vez, vivia em precárias condições, não possuindo salário mínimo, não tendo jornada de trabalho regulamentada, havia exploração do trabalho infantil e feminino. Muitos acidentes de trabalho aconteciam. Contra este estado de coisas, a classe operária manifestou-se, através de greves. A maior delas ocorreu em 1917, sendo reprimida pela polícia. Aliás, a questão social na República Velha, ou seja, a relação capital/trabalho, era vista como "caso de polícia". Até a década de 30 o movimento operário terá como bandeira os ideais do anarquismo e do anarcossindicalismo.

RODRIGUES ALVES/ DELFIM MOREIRA (1918/1919)

O eleito em 1918 fora Rodrigues Alves que faleceu - gripe espanhola - sem tomar posse. Seu vice-presidente, Delfim Moreira, de acordo com o artigo 42 da Constituição Federal, marcou novas eleições. O vencedor do novo pleito foi Epiácio Pessoa.

EPITÁCIO PESSOA (1919/1922).

Seu governo é marcado pelo início de graves crises econômicas e políticas, responsáveis pela chamada Revolução de 1930.

A crise econômica foi deflagrada com o início da queda - gradual e constante - dos preços das matérias primas no mercado internacional, por conta do final da Primeira Guerra Mundial. O setor mais afetado no Brasil foi, como não poderia deixar de ser, o setor exportador do café.

No plano militar, Epiácio Pessoa resolveu substituir ministros militares por ministros civis, em pastas ocupadas por membros das Forças Armadas. Para o Ministério da Marinha foi indicado Raul Soares, e para o Ministério da Guerra, Pandiá Calógeras. A nomeação causou descontentamento militar.

A oposição militar às oligarquias desencadearam o chamado **Tenentismo**. O tenentismo foi um movimento que propunha a moralização do país, mediante o voto secreto e da centralização política. Teve um forte caráter elitista - muito embora suas propostas identificavam-se com os interesses das camadas médias do país. Os tenentes julgavam-se os únicos capazes de solucionar os problemas do país: o chamada "ideal de salvação nacional".

O primeiro levante dos tenentes ocorreu em 05 de julho de 1922, episódio conhecido como **Levante do Forte de Copacabana (os 18 do Forte)**. O motivo deste levante foi a publicação de cartas, cujos conteúdos, ofendiam o Exército. O autor teria sido Artur Bernardes, recém eleito presidente da República.

ARTUR BERNARDES (1922/1926).

Apesar do episódio das "cartas falsas", Artur Bernardes foi declarado vencedor em março de 1922 . O descontentamento no meio militar foi muito grande. O levante do forte de Copacabana foi uma tentativa de impedir a sua posse.

No ano de 1924 uma nova revolta tenentista ocorre. Desta feita em São Paulo - **Revolução Paulista de 1924**. A reação do governo foi violenta, forçando os rebeldes a fugirem da cidade. Os revoltosos encontraram-se com outra coluna militar - gaúcha - é comandada por

Luís Carlos Prestes. Originou-se assim, a **Coluna Prestes**, que percorreu cerca de 25 mil quilômetros no interior do Brasil, denunciando os problemas da República Oligárquica. No ano de 1927 a Coluna foi desfeita, tendo a maioria dos líderes buscado refúgio na Bolívia.

O governo de Artur Bernardes foi palco da **Semana de Arte Moderna**, inaugurando o Modernismo no Brasil. A expansão industrial, o crescimento urbano, o desenvolvimento do operariado inspiraram os modernistas.

WASHINGTON LUÍS (1926/1930)

Governo marcado pela eclosão da Revolução de 1930.

No ano de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, causando sérios efeitos para a economia mundial. A economia norte-americana fica arruinada, com pesadas quedas na produção, além da ampliação do desemprego. A crise econômica nos EUA fizeram-se sentir em todo o mundo.

Os efeitos da crise de 1929, para o Brasil, fizeram-se sentir com a queda brutal nos preços do café. Os fazendeiros de café pediram auxílio ao governo federal, que rejeitou, alegando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações, o que, aliás, não ocorreu.

No plano interno, em 1930, ocorriam eleições presidenciais. Washington Luís indicou um candidato paulista - Júlio Prestes, rompendo o pacto estabelecido na política do café-com-leite. Os mineiros não aceitaram (Washington Luís representava os paulista e, seguindo a regra, o próximo presidente deveria ser um mineiro, aliás o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada). O rompimento da política do café-com-leite vai fortalecer a oposição, organizada na chamada Aliança Liberal.

A Aliança Liberal era uma chapa de oposição, tendo Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice-presidente. Esta chapa contava com o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e de Minas Gerais, além do Partido Democrático, formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP).

O programa da Aliança Liberal vai de encontro aos interesses das classes dominantes marginalizadas pelo setor cafeeiro e, aumentando sua base de apoio, defendia a regulamentação das leis trabalhistas, a instituição do voto secreto e do voto feminino. Reivindicava a expansão da industrialização e uma maior centralização política. De quebra, propunha a anistia aos tenentes condenados, sensibilizando o setor militar.

Porém, mediante as tradicionais fraudes eleitorais, o candidato da situação, Júlio Prestes, venceu as eleições. A vitória do candidato situacionista provocou insatisfação das oligarquias marginalizadas, dos tenentes e da camada média urbana. Alguns tenentes, como Juarez Távora e João Alberto, iniciaram uma conspiração para evitar a posse de Júlio Prestes. Temendo que a conspiração pudesse contar com a participação popular, os líderes oligárquicos tomaram o comando do processo. "Façamos a revolução antes que o povo a faça", esta fala de Antônio Carlos Andrade, governador de Minas, sintetiza tudo.

O estopim do movimento foi o assassinato de João Pessoa. Em 03 de outubro, sob o comando de Góes Monteiro eclode a revolta no Rio Grande do Sul; em 04 de outubro foi a vez de Juarez Távora iniciar a rebelião na Paraíba. Por fim. Em 24 de outubro de 1930, temendo-se uma guerra civil, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro desencadeou o golpe, depondo Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes e formando uma junta pacificadora, composta pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. No dia 03 de novembro Getúlio Vargas era empossado, de forma provisória, como presidente da República.

SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO DE 30.

O movimento de 1930, apesar de sua complexa base social (oligarquias dissidentes, tenentes, camadas médias urbanas) não deve ser visto como uma ruptura na estrutura social, política e econômica do Brasil. A revolução não rompeu com o sistema oligárquico, houve tão somente uma substituição de oligarquias no poder. A revolução de 30 colocou um novo governo compromissado com diversos grupos sociais. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que o movimento de 1930 patrocinou um "re-arranjo" do Estado brasileiro.

EXERCÍCIOS

- 1) (UFS) - "...o chefe político lhes dava roupa, cachaça e uma papeleta de voto..."
Ao texto pode-se associar, na evolução política brasileira, o
 - a) mercantilismo e a Colônia
 - b) encilhamento e o Império
 - c) centralismo e a Regência
 - d) coronelismo e a República Velha
 - e) caudilhismo e a República Nova

- 2) (UNIFENAS) - O objetivo da Coluna Prestes, que na década de 1920 percorreu milhares de quilômetros pelo Brasil, era:
 - a) combater o sistema oligárquico vigente;
 - b) apoiar a campanha civilista;
 - c) defender a ordem no governo Artur Bernardes;
 - d) promover a constitucionalização do País;
 - e) reagir contra a ditadura quase declarada do governo Artur Bernardes.

- 3) (UNESP)-A Semana de Arte Moderna de 1922, que reuniu em São Paulo escritores e artistas, foi um movimento:
 - a) influenciado pelo cinema internacional e pelas idéias propagadas nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro;
 - b) de renovação das formas de expressão com a introdução de modelos norte-americanos;
 - c) de contestação aos velhos padrões estéticos, as estruturas mentais tradicionais e um esforço de repensar a realidade brasileira;
 - d) desencadeado pelos regionalismos nordestinos e gaúcho, que defendiam os valores tradicionais;
 - e) de defesa do realismo e do naturalismo contra as velhas tendências românticas.

- 4) (FATEC) - O episódio de Canudos foi:
- a) o resultado da introdução de tecnologia moderna e de forma capitalista no Nordeste, alterando sua tradicional estrutura latifundiária. Daí o caráter monarquista do movimento de Antônio Conselheiro;
 - b) um incidente diplomático em que se envolveram o Brasil e a Argentina, devido à disputa fronteiriça de Canudos;
 - c) a revolta militar contra o governo de Prudente de Moraes, ocorrida no Estado de São Paulo, em 1901, liderada por Antônio Conselheiro;
 - d) o escândalo financeiro provocado pelo ministro Bernardino de Campos, durante a presidência de Prudente de Moraes;
 - e) a revolta ocorrida no sertão da Bahia, nos últimos anos do século XIX, em que os sertanejos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, resistiram durante meses a várias expedições militares enviadas pelos governos estadual e federal;
- 5) (MACKENZIE) - Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se no Convênio de Taubaté, em 1906, tendo em vista:
- a) impedir qualquer intervenção do Estado na economia cafeeira;
 - b) criar mecanismos que evitassem a queda do café, através da compra de estoques excedentes pelo governo com empréstimos externos;
 - c) evitar novos cultivos, reduzir financiamento, visando ajustar oferta e procura sem intervenção do governo;
 - d) atuar no mercado externo, reduzindo a concorrência de outros países produtores de café e expandindo o mercado interno;
 - e) defender uma política agrícola voltada para a policultura, rompendo com a dependência em relação ao café, nosso produto chave na balança de pagamentos.

6) (FUVEST) - Caracteriza o processo eleitoral durante a primeira República, em contraste com o vigente no Segundo Reinado:

- a) a ausência de fraudes, com a instituição do voto secreto e a criação do Tribunal Superior Eleitoral;
- b) a ausência de interferência das oligarquias regionais, ao se realizarem as eleições nos grandes centros urbanos;
- c) o crescimento do número de eleitores, com a extinção do voto censitário e a extensão do direito do voto às mulheres;
- d) a possibilidade de eleições distritais e a criação de novos partidos políticos para as eleições proporcionais;
- e) a maior participação dos eleitores das áreas urbanas ao se abolir o voto censitário e se limitar aos alfabetizados

7)(UFS) - O Brasil a partir da primeira Guerra Mundial (1914/1918) e em decorrência de seus efeitos, sofreu diversas transformações, dentre elas:

- a) o incremento da política de incentivo à produção de soja;
- b) o fim do monopólio estatal sobre as atividades extrativistas;
- c) a aceleração do processo de industrialização no eixo São Paulo/Rio de Janeiro;
- d) a eliminação das barreiras alfandegárias entre zona rural e zona urbana;
- e) o aprofundamento do fenômeno da ruralização no eixo Norte/Nordeste.

8- (MACKENZIE) - Em 3 de outubro eclodiu a revolução de 1930, pondo fim à República Velha. Dentre as causas deste episódio histórico destacamos:

- a) a vitória da oposição nas eleições e o temor de revanchismos nas oligarquias derrotadas;
- b) a dissidência das oligarquias nas eleições de 1930, fortalecendo a Aliança Liberal, derrotada, contudo, pela fraude da máquina do governo;
- c) o programa da Aliança Liberal não identificado com as classes médias urbanas;

- d) a sólida situação econômica do núcleo cafeeiro no início da década de trinta;
- e) o apoio dos jovens militares, tenentistas, à política oligárquica nos anos vinte.

Respostas dos exercícios

- 1) D
- 2) A
- 3) C
- 4) E
- 5) B
- 6) E
- 7) C
- 8) B